

POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XXI

Antonio Albino Canelas Rubim¹

DOI: 10.29327/2336496.7.2-1

Resumo: O texto é parte de uma pesquisa em andamento, apoiada pelo CNPq, iniciada em 2020 e com prazo de conclusão em 2025. Ele analisa as mudanças das político-culturais nos países sul-americanos em sua conexão com três diferentes conjunturas vividas na região no presente século: os governos democrático-progressistas que chegam ao poder nacional na primeira década do século; o contexto da segunda década com seu retrocesso democrático em termos de políticas públicas, inclusive as culturais, e o renascimento de regimes democráticos na atualidade, inscrito em um contexto internacional diverso dos anteriores. O texto discute a primeira onda de governos democráticos e suas políticas culturais, com inovações, potências e fragilidades; o segundo momento de retrocesso político e refluxo das políticas culturais, e, por fim, o ressurgimento de nova onda de governos democráticos e das políticas culturais, agora em tensa gestação na América do Sul.

Palavras-chave: Políticas culturais; América do Sul; século XXI; cultura e política.

POLÍTICAS CULTURALES EN AMÉRICA DEL SUR EN EL SIGLO XXI

Resumen: El texto es parte de una investigación en curso, apoyada por el CNPq, que comenzó en 2020 y debe concluir en 2025. Analiza los cambios políticos y culturales en los países de América del Sur en relación con tres coyunturas diferentes que vive la región en el presente siglo: los gobiernos progresistas democráticos que llegaron al poder nacional en la primera década del siglo; el contexto de la segunda década con su retroceso democrático en materia de políticas públicas, incluidas las culturales, y el renacer de los regímenes democráticos en la actualidad, inscritos en un contexto internacional diferente a los anteriores. El texto aborda la primera ola de gobiernos democráticos y sus políticas culturales, con novedades, fortalezas y debilidades; el segundo momento de retroceso político y reflujo de las políticas culturales, y, finalmente, el resurgimiento de una nueva ola de gobiernos democráticos y políticas culturales, ahora en tensa gestación en América del Sur.

Palabras clave: Políticas culturales; América del Sur; siglo XXI; cultura y política.

CULTURAL POLICIES IN SOUTH AMERICA IN THE 21ST CENTURY

Abstract: This text is part of the ongoing research supported by CNPq, which started in 2020 and is scheduled to be concluded in 2025. It analyzes the changes in political and cultural dynamics in South American countries in connection with three different contexts experienced in the region in the present century: the democratic progressists governments that came to power in the first decade of the century; the context of the second decade with its democratic setbacks in terms of public policies, including cultural policies, and the resurgence of democratic regimes in the present, within a diverse international context compared to previous ones. The text discusses the first wave of democratic governments and their cultural policies, with their innovations, strengths, and vulnerabilities; the second moment of political regression and decline in cultural policies; and finally, the resurgence of a new wave of democratic governments and cultural policies, currently in tense gestation in South America.

Keywords: Cultural policies; South America; XXI century; culture and politics.

Introdução

¹ Pós-doutorado pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martín, Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7610489430554817>.

Os anos 2020 parecem estar desenhando uma nova e tensa conjuntura na América do Sul. Depois da onda de governos democrático-progressistas a partir da virada dos anos 2000 e da onda de retrocessos que atingiu a região em torno dos anos 2010, a vida parece novamente trazer expectativas de mudanças, seja através de movimentos sociais, que começam a agitar países sul-americanos, seja por meio de resultados eleitorais, que recolocam no poder nacional forças democrático-progressistas, em um panorama de alta complexidade, instabilidade e tensão.

Este texto trata dos desafios colocados para as políticas culturais por tais dinâmicas de avanços e retrocessos. Ele deriva, em sua origem, de projeto de pesquisa apresentado ao CNPq nos anos de 2019, para ser realizado entre 2020 e 2025. Em 2019 tudo indicava que a onda de mudanças tinha chegado ao seu final. A pandemia, que contaminou o mundo e a região a partir de 2020, sobre determinou o contexto, trazendo dificuldades ao desenvolvimento da pesquisa e atrasando seu desenrolar. De modo quase simultâneo, a dinâmica do mundo da vida, sempre mais complexa que seus estudos, colocou outra vez em movimento as sociedades sul-americanas. Outra onda de governos democrático-progressistas começou a emergir, mas agora sobredeterminada por complexidades, instabilidades e tensões bem mais profundas que na primeira onda. A pesquisa não poderia ignorar a vida em movimento. O corpus da investigação foi ampliado, buscando abranger a dinâmica em complexidade.

Assim, o texto compreende a pesquisa envolta nos novos horizontes e dificuldades; na bibliografia coletada com os dilemas de sempre das frágeis conexões sul-americanas; nas experiências de projetos compartilhados com colegas sul-americanos; em artigos e livros publicados e em diálogos com investigadores da região, propiciados em intercâmbios de variados tipos, com destaque para redes, como a Rede Latino-Americana de Gestão Cultural (REDGLA), o Fórum Universitário Mercosul (FoMerco), o Grupo de Trabalho Cultura e Políticas Culturais associado à CLACSO, e o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), em especial no seu grupo de trabalho dedicado às culturas na América Latina.

Ainda a título de introdução cabem algumas observações iniciais. A opção por tratar de América do Sul e não da América Latina, deriva da hipótese de que tal delimitação mais circunscrita garante uma mais efetiva aproximação geográfica-histórico-social-cultural e que

ela, por conta de sua consistência, afeta de modo substantivo a vida político-cultural de cada país sul-americano, ainda que de modo desigual e combinado. Outra delimitação torna-se imprescindível para afirmar com mais propriedade as aproximações entre as nações sul-americanas. Devemos excluir do universo estudado as três guianas, por sua peculiar inserção histórico-social-cultural na região. Elas tiveram colonialistas e neocolonialistas bem distintos: inglês, holandês e francês, sendo esta última, a rigor, ainda hoje uma colônia.

Delimitada a América do Sul de que tratamos no estudo, podemos avançar na análise proposta. Como exemplo emblemático da dinâmica história compartilhada referida pode ser citado o período histórico comum das independências dos países sul-americanos nas décadas de 10 e 20 do século XIX, celebrados nas diferenciadas comemorações de seus bicentenários (LIMA JR., SCHWARCZ; STUMPF, 2002 E DI GIORGI, 2023). O compartilhamento de um tempo histórico não implica em processos de independência semelhantes. Apenas demarca um instante conjunto de vida político-social. A independência singular do Brasil, tornado independente em 1822 com o filho do rei de Portugal como imperador, destoa das repúblicas criadas na América hispânica. Entretanto, tais processos compartilham conjunturas históricas comuns, com trocas assemelhadas nos colonialismos: de português/espanhol para inglês.

A aproximação geográfico-histórico-social-cultural, mesmo consideradas todas as substantivas diferenças existentes, que não são pequenas, nem irrelevantes, possibilitam imaginar problemas e desafios compartilhados. Os traços compartilhados pela colonização ibérica (espanhola-portuguesa) e depois pelo neocolonialismo, sendo o primeiro da Inglaterra e depois dos Estados Unidos, impõem problemas e desafios comuns a toda região, vividos e enfrentados de modos diferenciados em tempos e espaços nacionais.

A tese de base do texto pode ser formulada como: a potência da situação geográfica-histórica-social-cultural compartilhada pelos países sul-americanos, mesmo consideradas as nada desprezíveis diversidades nacionais e regionais, possibilitam que os países vivenciem conjunturas comuns e que elas incidam na dinâmica de cada um dos países de modo desigual, mas combinado. Tal dinâmica permite problematizar como as ondas anotadas no início do texto têm impacto sobre as culturas e as políticas culturais e apontar os desafios compartilhados por tais países nessas áreas.

Por certo, a proposição de analisar os países sul-americanos a partir das ondas de avanços e retrocessos acontecidos no século XXI, como fatos recentes, coloca em cena

conflitos e divergências de interpretação profundos, a começar pela própria nomeação das ondas como democrático-progressistas. Ela implica em polêmicas acerca da denominação escolhida, bem como da inclusão ou não de determinados governos em tais ondas. O texto está consciente dos dilemas implicados sempre em análises do contemporâneo, inscritas em jogos de interesses em disputa e em correlação de forças, que repercutem sobre a configuração das realidades em estudo. A consciência das turbulências não deve impedir a viagem aos países sul-americanos e suas políticas culturais.

Cabem duas explicações necessárias antes do desenrolar do texto. A noção de cultura assumida no texto tem dimensão ampliada, envolvendo não só patrimônio e artes, mas também culturas populares ou digitais, concepções de mundo, modos de vida, cosmovisões, valores etc. A proposição da noção ampliada de cultura na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), acontecida há 40 anos na cidade do México, tornou tal termo cada vez mais evidente nos estudos e nas práticas das políticas culturais em todo o mundo. A força institucional da Unesco viabilizou tal expansão, mesmo que noções ampliadas de cultura já fossem vigentes em algumas áreas de conhecimento, a exemplo da Antropologia, e inclusive tivessem sido desenvolvidas em alguns países da região.

Já o conceito de políticas culturais atualiza o famoso conceito elaborado por Néstor García Canclini publicado em livro de 1987. A atualização busca incorporar novas dimensões exigidas pelo mundo e por estudos atuais. A noção atualizada tem a seguinte escritura: política cultural é um conjunto articulado, consciente, continuado, deliberado, sistemático e planejado de intervenções, formulações e/ou atuações, de diversos entes culturais com o objetivo de: atender demandas e necessidades culturais da população; estimular o desenvolvimento simbólico; construir hegemonias para conservar ou transformar a sociedade e a cultura; e garantir cidadania e direitos culturais. Ela aciona recursos institucionais, infra estruturais, normativos, financeiros e de pessoal. Ela destina especial atenção às dimensões organizativas da dinâmica cultural. Para que exista, a política cultural exige rever a instrumentalização da cultura pela política e a inauguração de nova relação, na qual a política é instrumento e a cultura final (Rubim, 2023). Tal definição, no entanto, não implica na negação da possibilidade de outras concepções de políticas culturais. Apenas trata-se de uma escolha considerada a mais adequada para a análise proposta no texto.

1. Singularidades e compartilhamentos

A proposição do impacto das conjunturas compartilhadas sobre as políticas e, em especial, as políticas culturais, não pode negar relevantes singularidades político-culturais que afetam as políticas culturais em cada um dos países sul-americanos. Cabe fazer um sobrevoo, mesmo rápido, por tais fatores para reafirmar suas repercussões nas políticas culturais, o que, insistimos, não impede que as conjunturas compartilhadas tenham impactos relevantes sobre a atuação político-cultural das nações sul-americanas, no âmbito delimitado pela investigação.

A existência de duas línguas predominantes, espanhol e português, faladas cada uma delas por cerca de 200 milhões de pessoas na América do Sul, não pode invisibilizar a presença de infinidade de línguas dos povos originários. Algumas delas compõem de maneira florescente nas culturas identitárias, que dão vida à atualidade político-cultural sul-americana. O quéchua e o aimará no altiplano andino, o mapuche no extremo sul do subcontinente e o guarani, em especial, no Paraguai, tecem fluxos próprios para a ação política e cultural. Suas potentes presenças marcam de modo profundo a atualidade em alguns dos países da região. Mas a existência comum na América do Sul de línguas tão próximas como o espanhol e o português pode facilitar a aproximação e o compartilhamento histórico-cultural. Língua é cultura.

A conformação geográfico-territorial comum de ambientes peculiares também move a cultura. Amazônia, altiplano, pampa, extremo-sul, litoral, deserto, semi árido e muitos outros territórios produzem culturas. Inúmeros traços simbólicos atravessam fronteiras nacionais e produzem ambientes peculiares partilhados entre países. A existência de culturas de fronteiras e de regiões supranacionais comuns propiciam variados diálogos interculturais e potencializam conexões na América do Sul. Território é cultura.

A composição da população sul-americana resultou do encontro, forçado na maioria das vezes, de brancos, espanhóis, portugueses e mais recentemente de migrantes de outras origens, como os fluxos chegados ao cone sul; de povos originários andinos, amazônicos, guaranis e de centenas de comunidades indígenas; de afrodescendentes oriundos de diversificadas populações escravizadas em várias regiões da África, presentes em diversos países, a exemplo do Brasil, Colômbia, Equador e Uruguai; e de asiáticos, vindos para nações como Brasil e Peru, em torno do século XX. População é cultura.

As conformações de espaços econômicos na agricultura (cana de açúcar, café, trigo, banana, cacau etc.), na pecuária (gado/carne), na mineração, no turismo e na indústria

desenvolvem laços simbólicos típicos, tanto historicamente, quanto na atualidade. Regiões socioeconômicas se criaram, se desmancham e se renovam, impregnadas de universos simbólicos compartilhados. Composição e especialização econômicas também são cultura.

As distintas maneiras de lidar com a educação resultam em modalidades distintas de culturas. A universalização da escola, como ocorreu no Uruguai e na Argentina, no século XIX, amplia a presença da cultura escrita em tais países. A existência ou não de universidades aparece como dado expressivo para entender o tema da cultura. Quando aconteceram as independências hispano-americanas existiam mais de 35 universidades na América hispânica. No Brasil não havia nenhuma. Mesmo com a independência a situação não se modifica. Só nos inícios do século XX surgem as primeiras universidades brasileiras, por volta de 100 anos depois da independência, acontecida em 1822. Elas são instituições tardias em comparação com suas congêneres sul-americanas, diversas delas seculares, a exemplo da Universidade Nacional Maior de São Marcos, criada em 12 de maio de 1551, na cidade de Lima. Educação é cultura.

A configuração das políticas culturais leva em consideração as dimensões das institucionalidades culturais vigentes e as modalidades culturais com certa desenvoltura. Uma instituição como a Casa da Cultura Equatoriana, de longa história e abrangência geográfica considerável, não pode ser olvidada nesse contexto. A expressividade das culturas populares indígenas (Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai); das culturas afro-brasileiras (Brasil, Colômbia, Equador e Uruguai); das culturas de migrantes (Argentina, Brasil, Chile, Peru), do patrimônio cultural (Peru), do audiovisual (Argentina, Brasil), da música (Argentina, Brasil, Colômbia), da literatura (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai), dentre outras e múltiplas manifestações culturais, balizam o desenvolvimento de políticas culturais.

A cooperação e o intercâmbio internacional na área condicionam igualmente o horizonte das políticas culturais. A atuação da Unesco; da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI); da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB); do Mercosul Cultural; da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no caso do Brasil; da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; do Convênio Andrés Bello, instalado na Colômbia, e diversas outras organizações culturais internacionais interagem com as políticas culturais dos países sul-americanos. O tema da diversidade cultural por meio da Unesco e da *Carta Cultural Ibero-Americana*, coordenada pela OEI e a SEGIB,

tem espaço no subcontinente, assim como seus programas intitulados Ibercena, Ibercine, Ibermuseus etc. Eles interferem nas políticas culturais.

O conjunto de fatores elencados, que poderiam incluir outras variáveis cruciais, marca o panorama das políticas culturais na América do Sul, pois acrescenta às singularidades nacionais peculiaridades de ambientes culturais que transpassam as fronteiras dos países. As culturas andinas, amazônicas, dos pampas, do extremo sul, do litoral, por exemplo, atravessam países e trazem para a cena sul-americana outras configurações simbólicas regionais.

Depois do rápido sobrevoo pela América do Sul, afirmando fatores imprescindíveis de singularidades, hoje ainda mais complexas e cultivadas, e de dimensões simbólicas compartilhadas e comuns, ampliadas por variadas modalidades e tipos de cooperação e intercâmbio, agora parece possível, com mais consistência, retornar às ondas e desenvolver a tese principal defendida no texto.

2. América do Sul no vai e vem das ondas

Conforme escrito no início do texto, o século XXI fez o subcontinente navegar com ondas. Elas conformaram conjunturas específicas partilhadas, que afetam as culturas da região e sobredeterminaram políticas, em especial, as culturais, que aqui nos ocupam. Tais ondas viraram de ponta-cabeça a história do ambiente sul-americano, provocando guinadas bruscas em seu processo histórico, ainda que, na maioria das vezes, sem recorrer ao recurso da violência explícita, como ocorreu antes, quase sempre por meio de brutais ditaduras civil-militares. Ao invés das arbitrariedades da violência aberta, tem-se o uso intenso da violência simbólica com a construção cotidiana do ódio pela “grande” mídia e a judicialização da política, por meio da instrumentalização abusiva do poder judiciário.

A primeira onda se iniciou na virada do século XXI com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela (1999), seguida da eleição de governos progressistas na Argentina (Néstor Kirchner - 2003 e Cristina Kirchner - 2007), Chile (Michelle Bachelet - 2006), Brasil (Lula - 2003 e 2007 e Dilma Rousseff - 2010 e 2014), Uruguai (Tabaré Vasquez – 2005 e 2015, José Mujica - 2010), Bolívia (Evo Morales - 2006 e vários mandatos até 2019), Paraguai (Fernando Lugo - 2008) e Venezuela (Nicolás Maduro - 2013). Ficaram fora da primeira onda de governos democrático-progressistas a Colômbia e o Peru.

Dentre as diversas características comuns da primeira onda se destacam atributos, atitudes sintonizadas e políticas públicas afins, tais como: 1. Chegada ao governo nacional por meio de eleições, superando tentativas anteriores de luta armada, para a conquista do poder ou para resistir aos regimes ditatoriais implantados na América do Sul. As guerrilhas e a guerra civil da Colômbia, com seus mais de 50 anos, aparecem como exemplo dramático dessa circunstância que marca de maneira drástica a vida, a cultura e as políticas culturais na Colômbia; 2. Florescimento de novas lideranças provenientes de classes e segmentos antes excluídos das vidas políticas nacionais, a exemplo do operário Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), do líder indígena Evo Morales (Bolívia) e das presidentas Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina) e Dilma Rousseff (Brasil); 3. Políticas sociais de inclusão contrárias à desigualdade, atributo compartilhado de modo potente por todos os governos, dada a profunda desigualdade existente na região; 4. Políticas externas mais independentes e não submissas à diplomacia estadunidense, como secularmente ocorreu na maioria dos casos; 5. Busca de políticas de integração e cooperação regional, por meio de novas iniciativas como a Unasul ou do fortalecimento e expansão de instituições já existentes, a exemplo do Mercosul; 6. Políticas econômicas diferenciadas das tradicionais, apoiadas em certo nacional-desenvolvimentismo, mas com ambiguidades em relação ao neoliberalismo. Daí a recusa em adotar, sem mais, a opção de nomear tais governos de posneoliberais, como propõe Eder Sader (2008). O desenvolvimentismo, por sua vez, levou alguns desses governos a choques com setores da população, em geral: povos originários, comunidades ancestrais e movimentos ambientalistas, como ocorreu, por exemplo, na Bolívia, no Equador e no Brasil; 7. Apesar das alterações na estrutura do papel político terem variado em espectro amplo, em todos eles a sociedade política sofreu mudanças, ainda que em graus muito diferenciados. Nos países com processos constituintes, como Bolívia, Venezuela e Equador, as mudanças políticas foram mais profundas, com a ampliação da participação popular. No Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai, por motivos distintos, os processos tiveram dimensão mais conciliadora, com continuidades dos sistemas políticos tradicionais mais acentuadas; 8. Em todos os países emergiram políticas culturais discrepantes com as anteriores, ainda que em graus dessemelhantes. Cabe agora adentrar os meandros específicos das políticas culturais.

3. Reflexões iniciais sobre políticas culturais na primeira onda

Uma leitura preliminar, com base na observação fugaz das políticas culturais antes implementadas e nas leituras da ainda pequena bibliografia sobre o tema e áreas afins até

agora localizada e lida, algumas afirmativas, quase ainda em feição de hipóteses, podem ser formuladas, reiterando sempre seu caráter ainda provisório. 1. As novas políticas implantadas na área, apesar de destoarem das anteriores, não implicaram em rupturas radicais com os modelos antes existentes. Elas, em muitas circunstâncias, se amoldaram às proposições dadas; 2. O patamar das políticas culturais guardou visível descompasso em comparação com as mudanças ocorridas na sociedade e em outras políticas públicas; 3. As políticas culturais se mostraram insuficientes para alimentar o projeto de mudança político-social; 4. Elas mantiveram relações frágeis com o modelo de desenvolvimento; 5. A cultura permaneceu como área secundária e não foi assumida como prioridade; 6. A noção de cultura, ainda que verbalizada como ampliada, permaneceu, na prática das políticas e dos financiamentos, como restrita. Isto é, contemplando majoritariamente a cultura como patrimônio e artes, quando muito como culturas populares. Suas atuações pouco permearam as visões de mundo, os modos de vida, os valores sociais etc. 7. A pouca transversalidade da atuação cultural foi a tônica, sendo exceções as conexões transversais com áreas afins realizadas. Nenhuma profunda transversalidade foi operada com áreas como educação, comunicação, turismo, lazer, economia, ciência e tecnologia, saúde, direitos humanos, juventude, gênero, povos originários e populações negras, etc. O inventivo projeto Ceibal, no Uruguai, que inovou a educação naquele país, não contemplou seus impactos culturais sobre os alunos e seus familiares; 8. A ampliação da institucionalidade cultural, que ocorreu em diversos dos países, não veio acompanhada de gestões com maior estabilidade, menos instáveis e frágeis. A rotatividade de dirigentes atingiu vários países, impossibilitando o florescimento de formulações de políticas culturais impactantes e de figuras marcantes na área; 9. Os recursos se mantiveram como norma, mesmo com alguns aumentos básicos; 10. Não houve investimento significativo que alterasse o tradicional quadro de equipes subdimensionadas e muitas vezes com formação frágil, ainda que ocorressem iniciativas em formação; 11. A ausência de dados, informações e indicadores persistiu, minorada por reuniões regionais sobre a temática que imaginaram superações, muitas delas não viabilizadas; 12. Poucas foram as políticas, programas e projetos em cultura compartilhados entre os países. Podem ser lembrados, dentre eles: o DOCTV América Latina que viabilizou a produção e a difusão de filmes documentários, em conexão com as televisões públicas; os intentos de articulação das culturas afro-latinas e o Cultura Viva Comunitária, maior exemplo de programa assumido cooperativamente por muitos países sul-americanos, mas com uma ressalva: sua construção compartilhada foi mais responsabilidade das comunidades culturais mobilizadas pelo

programa que de governos nacionais. Aliás, parte de sua sustentação financeira hoje provém de organismos internacionais de cultura. O conhecimento e a troca cultural entre os países sul-americanos são condição para a cooperação e a superação dos entraves culturais provenientes do colonialismo e do neocolonialismo, que separam os sul-americanos; 13. As barreiras alfandegárias persistiram dificultando o fluxo cultural, apesar de iniciativas como o selo cultural Mercosul, que não se viabilizou; 14. As barreiras linguísticas, apesar da proximidade entre o espanhol e o português, foram parcamente enfrentadas. Destaque para a introdução do espanhol nas escolas brasileiras nos governos petistas, mas com visível refluxo nas gestões pós-golpe de 2016; 15. Ainda que a atuação dos organismos internacionais tenha suas limitações próprias, derivados de variados fatores, como sua envergadura e recursos, necessário registrar seu papel, a exemplo do trabalho da cooperação espanhola na região e de organizações como a OEI e a SEGIB, que produziram o encontro, no qual foi elaborada a interessante *Carta Cultural Ibero-Americana* e os programas iber de cooperação cultural, em suas versões para o cinema, o teatro e os museus, por exemplo.

A visão panorâmica, possível nos limites do texto, tenta sinteticamente informar e comentar avanços e dificuldades dessa primeira onda de países democrático-progressistas sul-americanas. O tema atualíssimo ainda se ressentia da falta de uma bibliografia mais ampla e mesmo especializada. Em geral, a bibliografia trata dos aspectos políticos, sociais e econômicos, ficando a cultura e as políticas culturais em lugar bastante secundário. O quadro desenhado mostra fragilidades das políticas culturais nesse primeiro experimento, mas apresenta possibilidades de desdobramentos abertas para o futuro.

4. Declínio da onda democrático-progressista

A contraofensiva conservadora ameaçou o Chile (2010), mas foi revertida em 2014, com a vitória de Michelle Bachelet; avançou com o golpe de novo tipo no Paraguai (2012) e se acentuou com a derrota na Argentina (2015); o golpe de novo tipo no Brasil (2016), a vitória, que se mostrou derrota com a postura complacente de Lenin Moreno, no Equador (2017), a eleição antidemocrática no Brasil (2018), o revés no Chile (2018), o golpe na Bolívia (2019) e a derrota nas eleições no Uruguai (2020). O ciclo de governos democráticos parecia liquidado no início da nova década do século XXI.

Diferente do que ocorreu com a primeira onda, nem todas as derrotas resultaram de eleições perdidas. Golpes políticos, alguns de tipo midiático-jurídico-parlamentar como no

Paraguai (2012) e no Brasil (2016), outros mais tradicionais como na Bolívia (2019), estiveram entre os recursos ilegítimos utilizados pelas classes dominantes para tomar o poder nacional. A tentativa de golpe na Venezuela (2002) não conseguiu derrubar o governo. Mesmo no caso das derrotas eleitorais, elas não foram de todo isentas de intervenções indevidas, como aconteceu no caso brasileiro, com a prisão e o afastamento pretensamente jurídicos de Lula, candidato na liderança de todas as sondagens eleitorais, e com o abuso no uso de *fake news* pagas por empresas, em dupla agressão à legislação eleitoral que impedia tais práticas manipulatórias da informação e o financiamento empresarial.

O retrocesso político assumiu várias características partilhadas. Cabe destacar algumas delas: 1. Retorno ao poder nacional das velhas ou novas oligarquias, que dominavam os governos sul-americanos secularmente, com a exclusão dos novos segmentos sociais; 2. Políticas externas totalmente submissas aos interesses dos Estados Unidos da América; 3. Desarticulação da integração entre países da América do Sul; 4. Descontinuidades das políticas de inclusão social e combate à desigualdade; 5. Retorno radicalizado das políticas neoliberais; 6. Depressão nos canais de participação política; 7. Ampliação do autoritarismo e da violência do estado nacional no trato das demandas populares; 8. Perseguição a lideranças e partidos políticos, por meio do uso político-instrumental do tema da corrupção, que contamina os sistemas políticos nacionais, mas que foi acionado de modo cirúrgico contra determinados entes políticos, responsáveis pela primeira onda. Tal criminalização atingiu, dentre outros, os presidentes Lula (Brasil), Rafael Correa (Equador), Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina) e Pedro Castillo (Peru), mais recentemente. A articulação lembra a abominável operação Condor, criada pelas ditaduras sul-americanas para assassinar seus adversários. Agora o assassinato tentado não é mais físico, mas simbólico, por meio da instrumentalização do poder judiciário e, em especial, da chamada grande mídia e das redes sociais; 9. Ataques à cultura, censura, desmantelamento da institucionalidade cultural e das políticas culturais desenvolvidas pelos governos anteriores.

5. Nova onda democrática e progressista em andamento em disputa

Na virada da terceira década do século XXI, novamente a América do Sul parece entrar em ebulição. A nova cena começa a ser desenhada pelas vitórias eleitorais na Argentina (Alberto Fernández - 2019), na Bolívia (Luis Arce - 2020), no Peru (Pedro Castillo - 2021), no Chile (Gabriel Boric - 2021), na Colômbia (Gustavo Petro - 2022) e no Brasil (Lula -

2022); pelo desempenho das esquerdas no Equador, apesar do revés na eleição presidencial (2021); pelas manifestações populares na Colômbia e no Equador; e as acontecidas no Chile desde 2019, que culminaram na vitória das forças democráticas na escolha da nova Constituinte (2021). Mas a nova onda democrático-progressista não parece navegar em águas tranquilas, pois a reação dos setores conservadores, inclusive de extrema-direita, é intensa. A retirada de Pedro Castillo do poder no Peru, a derrota dos setores democrático-progressistas na eleição da nova Constituinte no Chile e os muitos episódios de ataques e tentativas de enquadramento destes governos pelas classes dominantes, alijadas do poder nacional, demonstram cabalmente que as dificuldades da nova onda serão brutais, inclusive por conta da conjuntura internacional problemática.

Como ocorreu com a primeira onda, todas as vitórias se deram por via eleitoral, diferente do acontecido do período do retrocesso como vimos. Além das vitórias eleitorais na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, intensas mobilizações populares brotaram no Equador, na Colômbia e no Chile, onde a força das manifestações havia levado a um processo constituinte *sui generis*, perpassado pela pluralidade política das forças democráticas, diversidade social na composição parlamentar, predominância feminina e derrota da direita. O processo constituinte chileno, consolidado pela vitória na eleição presidencial, abriu um universo de inovadoras possibilidades políticas, mas foi bloqueado pela não aprovação da constituição elaborada e pela posterior derrota dos setores democrático-progressistas na eleição da nova assembleia constituinte. A nova onda navega em mares bem revoltos.

O contexto internacional da nova onda em disputa tem configurações bem mais complexas que o panorama em torno da primeira onda. O mundo parou, quase literalmente, com a pandemia. Ela afetou as condições econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais do tempo presente. Ela desarticulou vida e perspectivas, ampliando as incertezas. Ela favoreceu a expansão das desigualdades, já amplificadas pelo neoliberalismo, que, por características imanentes, produz e difunde o autoritarismo. Movimentos e governos autoritários proliferaram no cenário internacional e nacional. No Brasil, a conjunção perversa da pandemia com o pandemônio na gestão caótica da saúde, da economia, das condições sociais, do meio-ambiente, da política e da cultura teceram uma conjuntura de alta dramaticidade, tensões e conflitos. Em suma, a nova onda democrática-progressista deve ser surfada com um leque largo de problemas, dificultando alternativas políticas, inclusive no campo cultural. Os

desafios das políticas culturais, na atualidade, tornam-se enormes. A questão da democracia se impõe como vital para toda a região.

A retomada e a atualização das políticas culturais no horizonte sul-americano atual exigem infinitos requisitos para que possam superar aquelas elaboradas da fase anterior. Entre eles, podem ser lembrados: 1. Aprendizado com as experiências da primeira onda, por meio de seu conhecimento, incorporação crítica e aprimoramento, sempre que possível; 2. Rigorosa transversalidade política de cultura com políticas públicas afins, tais como: educação, comunicação, turismo, economia, inclusão social, trabalho, informática, relações externas etc.; 3. Maior conhecimento, cooperação e intercâmbio culturais com os países da região; 4. Políticas externas mais soberanas, com incorporação maior da diplomacia cultural; 5. Reanimação e aperfeiçoamento dos canais de participação político-cultural (conferências, conselhos, colegiados etc.); 6. Políticas econômicas inovadoras, que dialoguem de maneira sustentável com a economia solidária e familiar; o meio-ambiente; o mundo digital e a cultura, tomada como ativo criativo para o desenvolvimento, sem cair na tentação de mercantilizar todo o universo da cultura, bem mais amplo e rico que a economia; 7. Reinventar a sociedade política a partir de uma nova cultura política radicalmente democrática, buscando mudar o Estado, a sociedade e as dinâmicas políticas na perspectiva da socialização democrática do poder; 8. Conceber as políticas culturais como cruciais para a democracia, o desenvolvimento da sociedade e a civilidade nas relações humanas, dando centralidade no processo de transformação social às disputas político-culturais-ideológicas.

A disputa pela democracia aparece como crucial. De um lado, estão forças autoritárias de extrema-direita com forte postura antidemocrática, e segmentos conversadores distintos, que buscam confinar a democracia a um regime político elitista de gestão do Estado, com exclusão da participação efetiva dos segmentos populares. De outro lado, os setores progressistas, composto de concepções instrumentais da democracia ou de visões mais consistentes da democracia, não apenas como regime político, mas como modo de organização da política para viabilizar a democratização efetiva das relações sociais e, por conseguinte, da sociedade.

Os desafios no âmbito das políticas culturais na atual conjuntura em disputa exigem atitudes atentas ao conhecimento e aprendizado com as experiências anteriores. Não basta um mero retorno a tais experimentos, inclusive pelas fragilidades antes anotadas. Cabe uma

revisitação crítica a elas e a busca de sua atualização em diálogo com o aprendizado e as novas circunstâncias. Vital ampliar a cooperação e intercâmbio entre os países sul-americanos. Os retrocessos acontecidos devem trazer lições relevantes acerca do papel da cultura no processo de transformação social, que não pode prescindir de culturas políticas democráticas.

A luta pela mudança da sociedade não se dá apenas nas dimensões políticas, econômicas e sociais. A disputa político-cultural-ideológica ocupa lugar significativo sempre e, em especial, nos tempos contemporâneos de guerras culturais. Mesmo enfrentamentos em aparência distantes do âmbito cultural-ideológico são perpassados por ele. A ascensão socioeconômica de aproximadamente 40 milhões de pessoas no Brasil, quase igual às populações da Argentina e da Colômbia, se torna publicizada por meio de narrativas em disputa. Ela pode ser imaginada, por exemplo, através de narrativas culturais-ideológicas distintas e conflitantes: 1. Como decorrente do mérito pessoal de cada pessoa; 2. Como derivada de dádiva religiosa da ajuda de Deus; 3. Como resultante de políticas públicas de inclusão social. A disputa entre tais interpretações faz enorme diferença na luta política.

Outro exemplo nada desprezível da disputa de narrativas acontece em torno da temática da corrupção. O agendamento do tema e seu uso político sistemático contra lideranças e partidos democrático-progressistas é crucial para elucidar, em parte, os retrocessos ocorridos. Ele traz para a agenda o enorme papel político desempenhado pela chamada “grande mídia” na América do Sul, em geral, monopolizada pela burguesia, e o recente uso das redes sociais por atores políticos. A comunicação midiaticizada coloca em cena, de modo vigoroso, a disputa político-cultural-ideológica.

A nova onda em curso, agora em circunstâncias de grande instabilidade no mundo e na região, demanda uma análise cuidadosa de acontecimentos, muitos deles imprevisíveis, e seus diferenciados desdobramentos possíveis, pois ela apresenta configurações inovadoras e até surpreendentes, se comparada às situações anteriores. Assim, não só o passado pode elucidar o presente, como também o presente pode iluminar dinâmicas antes invisíveis no passado. A continuidade da investigação combina, em sintonia fina, atenção ao instável presente com revisitações ao passado, por meio da atualização da bibliografia, de novas investigações e de intenso diálogo com colegas, que compartilham estudos acerca das políticas culturais na

América Latina, em busca de uma América do Sul mais democrática, justa, plural, diversa e criativa.

Referências bibliográficas

CALADO, Pablo Mendes. **Políticas culturales: rumbo y deriva. Estudio de caso sobre la (ex)Secretaría de Cultura de la Nación.** 1ª ed. Caseros, RGC Libros, 2014.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García (org.) **Políticas Culturales en América Latina.** 1ª ed. Buenos Aires, Grijalbo, 1987, p.13-59.

CANCLINI, Néstor García (org.) **Culturas da Ibero-América.** 1ª ed. São Paulo, OEI / Moderna, 2003.

CASTRO, Nils. **América Latina e Caribe. Integração emancipadora ou neocolonial.** 1ª ed. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural. O direito à cultura.** 1ª ed. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORTÉS, Guillermo. Tan cerca y tan lejos: los vaivenes de las políticas culturales. In: CORTÉS, Guillermo; VICH, Victor (orgs.). **Políticas culturales: ensayos críticos.** 1ª ed. Lima, Instituto de Estudios Peruanos / Instituto Nacional de Cultura, 2006, p. 19-43.

ESCOBAR, Ticio. **Sobre cultura y Mercosur.** 1ª ed. Asunción, Editorial Don Bosco/Ñanduti Vive, 1995.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GARRETÓN, Manuel Antonio (org.) **El espacio cultural latinoamericano.** 1ª ed. Santiago de Chile, Catedra Andrés Bello / Fondo de Cultura Económica, 2003.

GIORGI, Álvaro de. **Conmemoraciones del Bicentenario en América del Sur: los casos argentino y uruguayo.** Un estudio de políticas culturales. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2023. Trabalho de pós-doutorado.

GUERRERO, Arturo (org.) **Las huellas de las hormigas. Políticas culturales en América Latina.** 1ª ed. Bogotá, Cátedra Andrés Bello, 2010.

HARVEY, Edwin R. **Políticas culturales en América Latina. Evolución histórica, instituciones públicas, experiencias.** 1ª ed. Madrid, Fundación SGAE, 2014.

LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** 1ª ed. Buenos Aires, Ciccus / Clacso/ Unesco, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares; PINHEIRO, Letícia; ALBUQUERQUE, Marianna, GONÇALVES, Fernanda Nanci e NIÑO, Andrés Londoño (orgs.). **América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político.** 1ª ed. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020.

LIMA Jr; SCHWARCZ, Lilian e STUMPF, Lucia (orgs.) **O sequestro da independência. Uma história da construção do mito do Sete de Setembro.** 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

LINERA, Álvaro García. **Identidad boliviana. Nación, mestizaje y plurinacionalidad.** 1ª ed. La Paz, Vicepresidencia del Estado Pluricultural de Bolivia, 2014.

LINERA, Álvaro García. **Socialismo comunitario. Un horizonte de época.** 1ª ed. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg / Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

LOBETO, Claudio y VARELA, Gloria (orgs.) **Arte y cultura en los debates latinoamericanos.** 1ª ed. Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2018.

LOZANO, Uriel Bustamante y CANAL, Carlos Yáñez. **El proceso civilizatorio en América Latina. Saber-poder y construcción de la subjetividad.** 1ª ed. Manizales, Universidad Nacional de Colombia, 2016.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. El papel del estado en el campo de la cultura. In: CORTÉS, Guillermo e VICH, Victor (orgs.) **Políticas culturales: ensayos críticos.** 1ª ed. Lima, Instituto de Estudios Peruanos / Instituto Nacional de Cultura, 2006, p. 70-111.

MANTERO, Gerardo e GIORGI, Luiz Vidal. **Diálogos sobre políticas culturales en el primer gobierno de izquierda.** 1ª ed. Montevideo, Estuario Editora / Socio Espectacular, 2011.

MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas.** 1ª ed. Buenos Aires, Clasco Libros, 2005.

MILLER, Toby e YÚDICE, George. **Política cultural.** 1ª ed. Barcelona, Gedisa Editorial, 2004.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. **A construção da América do Sul. O Brasil e a UNASUL.** 1ª ed. Curitiba, Appris Editora, 2021.

PENIDO, Ana e STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América. Guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina.** 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular / Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

RAMA, Angel. **América Latina: um povo em marcha.** 1ª ed. Brasília, Fundação Darcy Ribeiro, 2021.

RENDÓN, Jorge Gómez (org.). **Repensar la interculturalidad.** 1ª ed. Guayaquil, Artes Ediciones, 2017.

REPÚBLICA DE COMOBIA. MINISTERIO DE CULTURA. **Compendio de políticas culturales.** 1ª ed. Bogotá, Ministerio de Cultura, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **América latina: a pátria grande.** 1ª ed. São Paulo, Global, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** 1ª ed. Brasília, Fundação Darcy Ribeiro, 2021.

RONCAGLIOLO, Rafael. **Problema de integración cultural: América Latina.** 1ª ed. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (orgs.) **Políticas culturais em Ibero-América**. 1ª ed. Medellín, Universidad Nacional de Colômbia – sede Medellín, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; CANAL, Carlos Yáñez e BAYARDO, Rubens (orgs.) **Panorama da gestão cultural na Ibero-América**. 1ª ed. Salvador, Edufba, 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e ROCHA, Sophia. Brazilian cultural policies during the Workers' Party governments: challenges for the development of cultural citizenship. In: **International Journal of Cultural Policy**. London, 24(5):611-627, 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; OROZCO, José Luis Mariscal e COLOMA, Fabian Saltos (orgs.) **La gestión cultural desde Latinoamérica. Analysis y experiencias en políticas culturales**. 1ª ed. Santiago do Chile, Ediciones EGAC, 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. In: **Políticas culturais em Revista**. Salvador, (12)1:259-263, 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 60, p. 9-20, 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura e política no Brasil atual**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37-55.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. El pandemonio como estrategia político-cultural en Brasil. **Comunicación y Medios**, Santiago, v. 30, n. 44, p. 82-92, 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Por um conceito atualizado de políticas culturais. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais: diálogos possíveis**. 1ª ed. São Paulo, Editora do SESC-SP, 2022, p.103-121.

SADER, Emir. **Posneoliberalismo en América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires, Clacso, 2008.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 1ª ed. São Paulo, Editora Elefante, 2018.